

CONCURSO PÚBLICO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANO
EDITAL Nº 03/2025, DE 30 DE SETEMBRO DE 2025.

RETIFICAÇÃO 01 – DE 11 DE NOVEMBRO DE 2025

O **MUNICÍPIO DE FLORIANO**, no Estado do Piauí, no uso de suas atribuições legais torna público a RETIFICAÇÃO 01 ao Edital 03/2025, do Concurso Público, destinado ao provimento de cargos efetivos de nível superior de escolaridade, nos termos a seguir especificados:

1. Retificar o item 8.4.

1.1. Onde se lê:

“8.4 A duração da prova objetiva será de 04 (quatro) horas e ocorrerá na data de 14 de dezembro de 2025.”

1.2. Leia-se:

“8.4. A duração da prova objetiva será de 04 (quatro) horas e **ocorrerá nas datas de 13 e 14 de dezembro de 2025**”

2. Retificar o item 9.1.

2.1. Onde se lê:

9.1. As provas objetivas serão realizadas na data prevista neste edital de acordo com quadro a seguir:

NÍVEL	DATA
MÉDIO/TÉCNICO	14/12/2025 08h00min as 12h00min (horário oficial de Brasília)
FUNDAMENTAL SUPERIOR	14/12/2025 15h00min as 19h00min (horário oficial de Brasília)

2.2. Leia-se:

9.1. As provas objetivas serão realizadas na data prevista neste edital de acordo com quadro a seguir:

NÍVEL	DATA
TÉCNICO	13/12/2025 (sábado) 08h00min as 12h00min (horário oficial de Brasília)
MÉDIO	13/12/2025 (sábado) 15h00min as 19h00min (horário oficial de Brasília)
SUPERIOR	14/12/2025 (domingo) 15h00min as 19h00min (horário oficial de Brasília)

3. Retificar o Anexo I, para incluir a seguinte informação:

3.1. Onde se lê:

TÉCNICO DE ENFERMAGEM R\$ 1.762,37 40h	09	08	45	01	Ensino médio com habilitação profissionalizante; curso Técnico em Enfermagem, concluído em instituição reconhecida pelo MEC e registro no conselho competente.
--	----	----	----	----	--

3.2. Leia-se:

TÉCNICO DE ENFERMAGEM R\$ 1.762,37 + COMPLEMENTO DO GOVERNO FEDERAL 40h	09	08	45	01	Ensino médio com habilitação profissionalizante; curso Técnico em Enfermagem, concluído em instituição reconhecida pelo MEC e registro no conselho competente.
---	----	----	----	----	--

3.3. Onde se lê:

NUTRICIONISTA R\$ 2.652,25 40h	03	03	15	-	Curso superior de graduação em Nutrição, em instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação; Registro no conselho da classe.
--------------------------------------	----	----	----	---	---

3.4. Leia-se:

NUTRICIONISTA R\$ 2.652,25 30h	03	03	15	-	Curso superior de graduação em Nutrição, em instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação; Registro no conselho da classe.
---	----	----	----	---	---

4. Retificar o Anexo II Dos Conteúdos Programáticos, onde os cargos abaixo passam a ter o seguinte texto:

“AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE/ AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS

Políticas de Saúde: Organização dos serviços de saúde no Brasil, Sistema Único de Saúde: princípios e diretrizes, controle social, indicadores de Saúde, Sistema de vigilâncias em saúde epidemiológica, Endemias e epidemias: situação atual, medidas de controle e tratamento, Modelo Assistencial, Planejamento e programação local de saúde, Política Nacional de Humanização; Pacto pela Saúde (2006). Decreto nº 7.508/2011. Constituição Federal /88, Seção II – Da Saúde, Lei Federal nº 8.080 de 19/09/1990, Lei Federal nº 8.142 de 26/12/1990,

Atenção Básica à Saúde. Portaria 2488/2011. Estratégias de Saúde da Família Núcleos de Apoio à Saúde da Família. Cartilha de Direito e Deveres do usuário do SUS, redes de atenção à saúde, Política Nacional de Promoção de saúde, Política Nacional de Educação Permanente em saúde, Modelo de atenção e processo de trabalho no SUS. Determinantes do processo saúde-doença. Políticas de saúde e história das políticas de saúde no Brasil: retrospectiva histórica; reforma sanitária. Sistemas e serviços de saúde. Financiamento público e privado da saúde no Brasil. Controle social: conselhos e conferências de saúde. Conferências Nacionais de Saúde. Organização do SUS. Legislação estruturante, princípios e diretrizes do SUS; Constituição Federal de 1988; Lei 8.080/90 e Lei 8.142/90. Pacto pela Saúde, de Gestão e pela Vida. Planejamento e Gestão em saúde. Modelos de atenção à saúde. Vigilância à Saúde: noções básicas. Programas nacionais de saúde; Promoção da saúde. Política Nacional de Humanização. Atenção Primária à Saúde: conceitos, princípios e organização no Brasil. História da APS. Estratégia de Saúde da Família: histórico, processo de implantação, organização e normatizações. Princípios e Diretrizes. Processo de Trabalho em Saúde. Vigilância à saúde. Epidemiologia básica: indicadores de saúde; sistemas de informações; métodos epidemiológicos; principais agravos de interesse público. Demografia básica: perfis nacionais, alterações recentes e perspectivas. Interesse público. Demografia básica: perfis nacionais, alterações.

ENGENHEIRO AMBIENTAL

Ecologia e ecossistemas brasileiros. Ciclos biogeoquímicos. Noções de Meteorologia e Climatologia. Noções de Hidrologia. Noções de Geologia e Solos. Aspectos, Impactos e Riscos Ambientais. Qualidade do ar, poluição atmosférica, controle de emissões. Aquecimento Global e Mecanismos de desenvolvimento Limpo - MDL. Qualidade da água, poluição hídrica e tecnologias de tratamento de águas e efluentes para descarte e/ou reuso [EP1]. Qualidade do solo e da água subterrânea. Gerenciamento e tratamento de resíduos sólidos e de água subterrânea [EP2]. Caracterização e recuperação de áreas degradadas, em especial do solo e da água subterrânea. Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA. Regulamentação para os Estudos de Impacto Ambiental (EIA/RIMA). Processo de licenciamento ambiental. Noções de economia ambiental: Benefícios da política ambiental. Avaliação do uso de recursos naturais. Política ambiental e desenvolvimento sustentável. Sistemas de gestão ambiental. Avaliação de desempenho Ambiental. Noções de Gestão integrada de Meio Ambiente, Saúde e Segurança Industrial. Planejamento ambiental, planejamento territorial, urbanismo, vocação e uso do solo. Meio ambiente e sociedade: Noções de Sociologia e de Antropologia. Noções de valoração do dano ambiental. Conhecimento das normas ISO 14000:2004. Conceitos ambientais; O estado do mundo; Economia ecológica; A variável ambiental nas organizações; Prevenção de poluição; Valorização, eliminação/tratamento de resíduos sólidos, líquidos e gasosos; Gestão ambiental (ISO 14001); A variável ambiental na concepção de materiais e produtos (eficiência energética, escolha de materiais, produção, embalagem, transporte, resíduos, utilização, reciclagem). O meio ambiente na Constituição Federal de 1988. Código Ambiental Estadual; Política Nacional de Resíduos Sólidos Lei nº 12.305/2010; Política Nacional do Meio Ambiente Lei nº 6.938/1981; Política Nacional Recursos Hídricos Lei nº 9433/1997; Política Nacional de Educação Ambiental Lei nº 9.795/1999; Código Florestal (Lei nº 12.651/20).

FISCAL DE OBRAS E POSTURAS

Noções de urbanismo e ordenamento urbano; parcelamento, uso e ocupação do solo; princípios da função social da propriedade; plano diretor municipal; licenciamento de obras e edificações; alvará de construção, reforma, ampliação e demolição; habite-se; regularização de obras; responsabilidade técnica e Anotação de Responsabilidade Técnica – ART; fases e etapas de execução de obras; fiscalização de obras públicas e privadas; normas de acessibilidade, segurança e habitabilidade; infrações e penalidades relativas a obras irregulares; procedimentos de embargo e interdição de obras; poder de polícia administrativa no âmbito municipal; processo administrativo de fiscalização; notificações, autos de infração,

defesa e recursos administrativos; legislação municipal de posturas; normas sobre uso e ocupação de logradouros públicos; funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços; licenciamento de atividades e concessão de alvarás; fiscalização de atividades comerciais, feiras e eventos públicos; ocupação irregular de calçadas, vias e espaços públicos; poluição visual, sonora e ambiental; publicidade e propaganda em áreas públicas e particulares; mobiliário urbano e sua utilização; limpeza urbana, conservação e uso adequado de bens públicos; preservação e tombamento do patrimônio histórico, artístico, cultural e ambiental do município; procedimentos de fiscalização e atuação do servidor público fiscal; elaboração de relatórios, autos, notificações e termos de vistoria; ética, postura e conduta do fiscal no exercício da função; legislação municipal aplicável: Lei Orgânica do Município de Florianópolis, Lei de Posturas Municipais, Código de Obras e Edificações, Decreto Municipal no 014/2025 (expedição de alvarás e autorização de eventos) – atuação do fiscal de posturas; regularização fundiária urbana; noções de direito administrativo aplicadas à fiscalização municipal; procedimentos para interdição, demolição e apreensão; medidas de controle e prevenção de irregularidades urbanas; comunicação oficial e redação de documentos administrativos.

FISIOTERAPEUTA

Sinais vitais. Avaliação musculoesquelética. Avaliação sensorial. Avaliação da coordenação. Avaliação da função motora. Eletromiografia e testes de velocidade de condução nervosa. Análise da marcha. Avaliação funcional. Pré-deambulação e treino de marcha. Disfunção pulmonar crônica. Doença cardíaca. Acidente vascular encefálico. Doença vascular periférica e tratamento de feridas. Avaliação e tratamento após amputação de membro inferior. Avaliação e controle de próteses. Avaliação e controle de órteses. Artrite. Esclerose múltipla. Doença de Parkinson. Traumatismo cranioencefálico. Reabilitação vestibular. Queimaduras. Lesão medular traumática. Dor crônica. Biofeedback. Semiologia respiratória. Produção de muco. Macroscopia e viscosimetria do muco brônquico. Tosse. Úlceras de pressão. Atelectasia. Diagnóstico por imagem. Endoscopia das vias respiratórias. Monitorização com oximetria de pulso e capnografia. Terapia com PEEP. Expansão e reexpansão pulmonar. Recrutamento alveolar. Fisioterapia na saúde do trabalhador: conceito de ergonomia, doenças ocupacionais relacionadas ao trabalho, práticas preventivas no ambiente de trabalho. Decreto Lei no 938/69. Código de Ética e Deontologia da Fisioterapia. Lei no 8.080/90 e suas alterações.

MÉDICO CAPS CLÍNICO

Atenção Primária à Saúde – APS. Sistema Único de Saúde (SUS). Política Nacional de Atenção Básica. Administração Pública. Princípios e Poderes da Administração Pública. Atos Administrativos. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS - PNPIC-SUS: atitude de ampliação de acesso. Conhecimento dos fundamentos do SUS. Conhecimento dos preceitos que pautam a Reforma Psiquiátrica. Política de Saúde Mental. Leis nº 8.080/90 e 8.142/90. Lei Federal no 10.216/01. Conhecimento de Psicopatologia. Conhecimento sobre redução de danos e política nacional. Saúde Mental Comunitária: definição, diferenciação em relação à psiquiatria convencional. Saúde Mental no Brasil: recursos extra-hospitalares e seus objetivos. Conhecimentos gerais dos transtornos psiquiátricos, a saber: Transtornos mentais e de comportamento decorrentes do uso de substância psicoativa; Esquizofrenia e transtornos delirantes; Transtornos do humor; Transtornos alimentares; Transtornos neuróticos, relacionados ao estresse e somatoformes; Transtornos mentais de comportamentos associados ao puerpério, não classificados e outros locais; Transtornos de personalidade e de comportamentos em adultos; Transtornos hipercinéticos (infância e adolescência); Transtornos de conduta (infância e adolescência); Transtornos mistos de conduta e emoção (infância e adolescência). Ética profissional. Política Nacional de Promoção de Saúde (PNPS). Portaria de Consolidação no 2, de 2017. Política Nacional de Atenção Básica (PNAB). Portaria no 2.436 de 2017. Portaria de Consolidação SAPS/MS no 1, de 2021. Portaria GM no 3.493, de 2024. Ministério da

MÉDICO CAPS PSQUIATRA

Transtornos mentais orgânicos. Transtornos mentais e de comportamento decorrentes do uso de substância psicoativa. Esquizofrenia, transtornos esquizotípicos e delirantes. Transtornos do humor [afetivos]. Transtornos neuróticos, relacionados ao estresse e somatoforme. Síndromes comportamentais associadas a perturbações fisiológicas e fatores físicos. Transtornos de personalidade e de comportamentos em adultos. Retardo mental. Transtornos do desenvolvimento psicológico. Transtornos emocionais e de comportamento com início usualmente ocorrendo na infância e adolescência. Relação médico - paciente e técnicas de entrevista. Desenvolvimento humano ao longo do ciclo vital. Exame clínico do paciente psiquiátrico. Sinais e sintomas em psiquiatria. Delirium, demência, transtornos amnésicos e outras condições psicopatológicas devido a uma condição médica geral. Transtornos relacionados a substâncias psicoativas. Esquizofrenia e outros transtornos psicóticos. Transtornos do humor. Transtornos de ansiedade. Sexualidade humana. Transtornos de personalidade. Medicina psiquiátrica de emergência. Psicoterapias. Terapias biológicas. Psiquiatria infantil: avaliação, exame e retardo mental. Transtornos de aprendizagem. Transtorno de déficit de atenção. Transtornos de tique. Transtorno do humor e suicídio em crianças e adolescentes. Abuso de substâncias psicoativas na adolescência. Tratamento psiquiátrico de crianças e adolescentes. Questões forenses em psiquiatria. Psiquiátrica geriátrica. Cuidados no final da vida e medicina psiquiátrica paliativa. Ética na psiquiatria. Psiquiatria pública e hospitalar. Políticas Públicas do SUS: Lei nº 8.080/90. Política Nacional de Humanização. Pactos pela Vida em Defesa do SUS e de Gestão. Política Nacional de Atenção Básica. Lei nº 8.142, de 28/12/90. Sistema de Planejamento do SUS. Política Nacional de Promoção de Saúde (PNPS). Portaria de Consolidação nº 2, de 2017. Política Nacional de Atenção Básica (PNAB). Portaria nº 2.436 de 2017. Portaria de Consolidação SAPS/MS nº 1, de 2021. Portaria GM nº 3.493, de 2024. Ministério da Saúde.

PSICOPEDAGOGO

Psicopedagogia: conceitos, fundamentos, objeto e caráter interdisciplinar; Fundamentação Teórica e a Formação do Psicopedagogo: A construção teórica da Psicopedagogia na produção de uma prática clínica; A construção do conhecimento: teorias psicogenéticas de estudo e âmbito de atuação da Psicopedagogia; Desenvolvimento da linguagem e aquisição da leitura e da escrita; Desenvolvimento emocional e afetivo e implicações na aprendizagem; Dificuldades de aprendizagem na leitura e na escrita; Ética do trabalho psicopedagógico; Características Básicas do Diagnóstico Psicopedagógico; Aprendizagem: dificuldades, problemas, distúrbios e fracasso escolar; O papel do psicopedagogo na clínica: Diagnóstico e intervenção em psicopedagogia; A psicologia do desenvolvimento intelectual e afetivo: Piaget e Vygotsky. A Lei 8080/90 e atualizações - Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências; Lei 8142/90 e atualizações. Portaria de Consolidação nº 2, de 2017. Política Nacional de Atenção Básica (PNAB). ”

5. O candidato deve residir na área da comunidade atendida pela UBS, conforme previsto na Lei nº 11.350/2006, não sendo o CEP critério exclusivo de delimitação.

6. Retificar o Anexo V – Cronograma, para inserir as informações de todas as fases do certame e prorrogar o período de inscrições, que passa a vigor nos seguintes termos:

CRONOGRAMA SUGESTIVO			
ITEM	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	INÍCIO	TÉRMINO
1	Publicação do edital de abertura	30/09/2025	
2	Período para impugnação ao edital	30/09/2025	01/10/2025
3	Período de inscrições para os candidatos que desejam requerer a isenção da taxa de inscrição	30/09/2025	03/10/2025
4	Período de inscrições	30/09/2025	10/11/2025
5	Prorrogação do período de inscrições	11/11/2025	16/11/2025
6	Publicação do resultado de impugnação do edital	08/10/2025	
7	Divulgação do resultado preliminar dos pedidos de isenção na área do candidato	15/10/2025	
8	Período para interposição de recurso contra o resultado preliminar do pedido de isenção do pagamento da taxa de inscrição	16/10/2025	17/10/2025
9	Publicação do resultado definitivo dos pedidos de isenção (Área do Candidato)	29/10/2025	
10	Último dia para envio da documentação comprobatória do candidato inscrito na condição de Pessoa com Deficiência e solicitação de atendimento especial	16/11/2025	
11	Último dia para geração e pagamento da taxa de inscrição	17/11/2025	
12	Divulgação do resultado preliminar de inscrição (PCD + Atendimento Especial) na área do candidato	21/11/2025	
13	Período para interposição de recurso contra o resultado preliminar de inscrição (PCD + Pessoas Negras + Atendimento Especial)	24/11/2025	25/11/2025
14	Divulgação do resultado definitivo de inscrição (PCD + Atendimento Especial) na área do candidato	28/11/2025	
15	Divulgação dos locais de prova	05/12/2025	
16	Realização das Provas Objetivas	13/12/2025	14/12/2025
17	Publicação dos gabaritos preliminares das provas objetivas	15/12/2025	
18	Prazo para interposição de recurso contra o gabarito preliminar da prova objetiva	16/12/2025	17/12/2025
19	Publicação dos gabaritos definitivos das provas objetivas + resultado preliminar da prova objetiva + espelho do cartão resposta	14/01/2026	
20	Prazo para interposição de recurso contra o resultado preliminar da prova objetiva	15/01/2026	16/01/2026
21	Publicação do resultado definitivo da prova objetiva	03/02/2026	
22	Edital de convocação para prova de títulos	03/02/2026	
23	Prazo para envio da prova de títulos	04/02/2026	06/02/2026
24	Publicação do resultado preliminar da prova de títulos	20/02/2026	
25	Interposição de recurso contra o resultado preliminar da prova de títulos	23/02/2026	24/02/2026
26	Publicação do resultado definitivo da prova de títulos	09/03/2026	
27	Edital de convocação para a avaliação biopsicossocial	10/03/2026	
28	Realização da avaliação biopsicossocial	14/03/2026	15/03/2026
29	Publicação do resultado preliminar da avaliação biopsicossocial	18/03/2026	
30	Interposição de recurso contra o resultado preliminar da avaliação biopsicossocial	19/03/2026	20/03/2026
31	Publicação do resultado definitivo da avaliação biopsicossocial	27/03/2026	
32	Resultado Final	31/03/2026	

7. Seguem inalteradas as demais disposições do Edital nº 03/2025.

8. Este aditivo entra em vigor no momento de sua publicação.

Floriano/PI, 11 de novembro de 2025.